

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.556 - RS (2019/0311398-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **EDSON ANTONIO CAMARGO**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por EDSON ANTÔNIO CAMARGO, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 56):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO. SAÍDAS TEMPORÁRIAS, DEFERIDAS AO APENADO QUE CUMPRE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. DECISÃO DESCONSTITUÍDA.

As saídas temporárias tem por finalidade preparar o retorno do preso à liberdade e reduzir o caráter de confinamento absoluto da pena privativa de liberdade, viabilizando a inclusão do reeducando em atividades que promovam o retorno ao convívio social.

No caso autos, tendo em vista que o reeducando está em prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico, ou seja, em situação de maior convívio social e no meio familiar, perde o sentido deferir as saídas temporárias em razão da sua finalidade essencial, razão pela qual é imperativa a desconstituição da decisão.

RECURSO MINISTERIAL PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, alega a parte recorrente violação do artigo 123 da Lei n. 7.210/1984. Sustenta que *inexiste óbice legislativo para a concessão das saídas temporárias ao apenado em prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico. Isso porque, se a lei prevê que a saída temporária é um benefício aplicável aos apenados em regime semiaberto, e não proíbe, explicitamente, a concessão aos que estão em regime aberto, é possível que o apenado usufrua do benefício, desde que cumpridos os requisitos dos incisos I,*

II e III do artigo 123 da

Lei de Execuções Penais (e-STJ fls. 75).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 86/89), o recurso foi admitido (e-STJ fls. 91/96), manifestando-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo não provimento do recurso especial (e-STJ fls. 110/113).

É o relatório. **Decido.**

O recurso merece acolhida.

O Tribunal *a quo*, ao reformar a decisão do Juízo da Vara de Execuções, consignou (e-STJ fls. 62/63):

As saídas temporárias consistem em preparar o retorno do preso à liberdade e reduzir o caráter de confinamento absoluto da pena privativa de liberdade, caracterizando uma etapa de forma progressiva de execução e podem ser consideradas para estipular o preso a observar boa conduta.

Verifica-se, pois, que a concessão das saídas temporárias ao preso representa uma importante etapa da ressocialização do apenado, permitindo a inclusão do reeducando em atividades que promovam o retorno ao convívio social.

Assim, tendo o benefício das saídas temporárias o intuito de promover o retorno ao convívio social do reeducando que está cumprindo pena em regime semiaberto, perde o sentido a concessão deste benefício quando o apenado está em prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico, porquanto já se encontra no meio familiar e em maior convívio social.

Sobre o tema, o art. 122 da Lei de Execução Penal dispõe:

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos:

I - visita à família;

II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;

III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

Parágrafo único. A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.

Com efeito, o benefício da saída temporária tem como objetivo a ressocialização do preso, sendo concedido ao apenado em regime semiaberto. Dessa forma, não há justificativa para se negar a benesse ao reeducando que se encontra em regime menos gravoso – aberto, na modalidade de prisão domiciliar.

Nessa linha, o seguinte julgado:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. SAÍDAS TEMPORÁRIAS. APENADO EM PRISÃO DOMICILIAR POR AUSÊNCIA DE VAGAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL NO REGIME SEMIABERTO. COMPATIBILIDADE. ART. 122 E SEQUINTE DA LEP. CABIMENTO DO BENEFÍCIO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Ao apenado em regime semiaberto que preencher os requisitos objetivos e subjetivos do art. 122 e seguintes da Lei de Execuções Penais, deve ser concedido o benefício das saídas temporárias.

2. Observado que o benefício da saída temporária tem como objetivo a ressocialização do preso e é concedido ao apenado em regime mais gravoso - semiaberto -, não se justifica negar a benesse ao reeducando que se encontra em regime menos gravoso - aberto, na modalidade de prisão domiciliar -, em razão de ausência de vagas em estabelecimento prisional compatível com o regime semiaberto.

3. Habeas corpus concedido para restabelecer a decisão do Juízo das execuções que deferiu o benefício de saídas temporárias ao paciente. (HC 489.106/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 26/08/2019)

Assim, cumpridos os requisitos objetivos e subjetivos do art. 122 e seguintes da LEP, não há qualquer ilegalidade na concessão da saída temporária ao apenado em prisão domiciliar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, e no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, e na Súmula n. 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial para restabelecer a decisão do juízo da execução penal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator